

AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL E EM BURKINA FASO, ÁFRICA: POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

FAMILY FARMING IN THE SEMIARID REGION OF RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL, AND IN BURKINA FASO, AFRICA: POSSIBILITIES FOR SOUTH-SOUTH COOPERATION

AGRICULTURA FAMILIAR EN EL SEMIÁRIDO DE RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL, Y EN BURKINA FASO, ÁFRICA: POSIBILIDADES DE COOPERACIÓN SUR-SUR

Daniel Avocefohoun¹, Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins², André Duarte Lucena³, Alan Martins de Oliveira⁴

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.4004

Recibido: 10/12/2025 | Aceptado: 12/12/2025 | Publicación en línea: 29/12/2025.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estudar os aspectos tecnológicos, comerciais e de gestão social da agricultura familiar no Semiárido do Nordeste brasileiro, com ênfase ao Estado do Rio Grande do Norte e no Planalto Central de Burkina Faso, na África, com vistas a subsidiar políticas públicas em ambos os países como possibilidade de cooperação Sul-Sul. A metodologia consta de revisão de literatura em artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, documentos governamentais e de ONGs em ambos os países, além da confecção de mapas de localização das áreas de estudo. Destaca-se que o estudo contribui para a promoção da democracia participativa e do controle social, criando espaços de diálogo e de cooperação na construção das políticas rurais, além de estabelecer possibilidades de pontes entre o conhecimento científico, as políticas públicas e os saberes locais, fortalecendo a capacidade de ação das comunidades. Assim, poderá subsidiar a construção de um modelo de governança rural solidária, baseado na cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Cooperação Sul-Sul. Políticas Públicas. Saberes Locais.

¹ Mestrando em Cognição, Tecnologias e Instituições, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: avocefohoun2012@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9212-2770>

² Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: jacquelinevasconcelos@ufersa.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3449-6409>

³ Doutor em Segurança e Saúde Ocupacionais, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: andreducena@ufersa.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0181-4260>

⁴ Doutor em Agronomia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: alanmartins@ufersa.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5696-3138>

ABSTRACT

This article aims to examine the technological, commercial, and social management aspects of family farming in the Semi-arid region of Northeastern Brazil, with emphasis on the State of Rio Grande do Norte and on the Central Plateau of Burkina Faso, in Africa, with the goal of informing public policies in both countries as a possibility for South–South cooperation. The methodology includes a literature review of academic articles, master’s dissertations, doctoral theses, government documents, and NGO reports from both countries, in addition to the development of location maps of the study areas. The study notably contributes to the promotion of participatory democracy and social accountability, creating spaces for dialogue and collaboration in the construction of rural policies. It also establishes potential bridges between scientific knowledge, public policy, and local knowledge systems, thereby strengthening the action capacity of communities. In this way, it may support the development of a model of solidarity-based rural governance grounded in South–South cooperation.

Keywords: Food Security. South-South Cooperation. Public Policies. Local Knowledge.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo estudiar los aspectos tecnológicos, comerciales y de gestión social de la agricultura familiar en el Semiárido del Nordeste brasileño, con énfasis en el estado de Río Grande del Norte y en la Meseta Central de Burkina Faso, en África, con miras a subsidiar políticas públicas en ambos países como una posibilidad de cooperación Sur–Sur. La metodología incluye una revisión de la literatura en artículos, disertaciones de maestría, tesis doctorales, documentos gubernamentales y de ONG en ambos países, además de la elaboración de mapas de localización de las áreas de estudio. Se destaca que el estudio contribuye a la promoción de la democracia participativa y del control social, creando espacios de diálogo y cooperación en la construcción de políticas rurales. Asimismo, establece posibilidades de articulación entre el conocimiento científico, las políticas públicas y los saberes locales, fortaleciendo la capacidad de acción de las comunidades. De este modo, podrá apoyar la construcción de un modelo de gobernanza rural solidaria basado en la cooperación Sur–Sur.

Palabras clave: Seguridad Alimentaria. Cooperación Sur-Sur. Políticas Públicas. Saberes Locales.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma atividade milenar fundamental nos requisitos de sustentabilidade das nações em desenvolvimento, que se caracteriza pela realização de atividades agrícolas em pequenas propriedades rurais familiares, podendo haver também o desenvolvimento

de atividades rurais não agrícolas. Ela perpassa as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais em torno da produção de alimentos.

No caso da Região Semiárida do Nordeste brasileiro e do Planalto Central de Burkina Faso, na África, esse modelo de produção representa não apenas uma fonte de subsistência e renda, mas também um espaço de reprodução social e de manutenção de identidades comunitárias. Estudar tais realidades em perspectiva comparada permite ampliar a compreensão sobre como diferentes contextos geográficos e sociopolíticos enfrentam desafios semelhantes.

No Semiárido nordestino do Brasil, a agricultura familiar se desenvolve em um cenário marcado por fortes condicionantes climáticas, como a irregularidade das chuvas e a recorrência de secas prolongadas. Apesar das adversidades, práticas tradicionais de manejo da terra, combinadas a políticas públicas, têm possibilitado a resiliência dos agricultores. Nesse contexto, estratégias de convivência com o semiárido, caracterizado pela escassez e irregularidade hídrica, requer o uso tecnologias sociais, a exemplo das cisternas, açudes, poços artesianos, barragens subterrâneas, dentre outras, além do fortalecimento das organizações sociais, necessidade de assistência técnica para a produção, gestão e incentivo à comercialização.

De modo análogo, o país Burkina Faso apresenta características socioambientais com significativas similaridades com a realidade do semiárido nordestino. O país enfrenta problemas como a escassez hídrica, a degradação dos solos e a vulnerabilidade climática. No entanto, comunidades locais vêm desenvolvendo tecnologias sociais e práticas tradicionais de cultivo que permitem a sobrevivência e o fortalecimento da agricultura familiar. Tais experiências revelam que, mesmo em situações adversas, o saber popular associado a práticas inovadoras pode criar alternativas viáveis para a produção agrícola, no que pese as problemáticas de cunho político e econômico que o país enfrenta.

Tanto no Brasil quanto em Burkina Faso, a agricultura familiar enfrenta desafios relacionados ao acesso a créditos, mercados e tecnologias adequadas. Além disso, a organização coletiva e as redes de cooperação comunitária aparecem como elementos centrais para a superação de dificuldades estruturais e para a construção de sustentabilidade social e econômica.

Nesse sentido, pensar possibilidades de intercâmbios tecnológicos e de gestão social entre o Nordeste brasileiro e Burkina Faso abre caminhos promissores. O compartilhamento de experiências sobre captação e uso racional da água, técnicas agroecológicas e formas participativas de organização pode enriquecer os processos locais, ao mesmo tempo em que promove o fortalecimento de laços de solidariedade internacional Sul-Sul.

É importante destacar que tanto o Brasil como Burkina Faso são países signatários da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Este acordo multilateral contempla 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aqui merece destaque o ODS 2 – “Fome zero e agricultura sustentável”, no qual a segurança alimentar, a nutrição e a promoção da agricultura sustentável são os temas principais, inclusive com metas direcionadas aos agricultores familiares, acesso à terra, insumos, crédito e mercados. Também o ODS 17 – “Parcerias e meios de implementação” reforça a importância de se viabilizar cooperação internacional e parcerias que possibilitem a implementação da Agenda 2030 (ONU, 2015).

Nesta perspectiva e, partindo da necessidade dos autores iniciarem uma linha de pesquisa sobre a cooperação interacional Sul-Sul, especificamente na temática da agricultura familiar, este artigo tem como objetivo estudar os aspectos tecnológicos, comerciais e de gestão social da agricultura familiar no Semiárido do Nordeste brasileiro, com ênfase ao Estado do Rio Grande do Norte e no Planalto Central de Burkina Faso, na África, com vistas a subsidiar políticas públicas em ambos os países como possibilidade de cooperação Sul-Sul.

METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como exploratória, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura (Gil, 2008). As expressões investigadas nos buscadores de pesquisa no Brasil: “agricultura familiar”; “Rio Grande do Norte”; “produção agrícola” e “convivência com a seca”. Os buscadores utilizados para o Brasil foram o *Google Scholar*, o Portal de Periódicos CAPES e o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Ministério da Educação e em sites governamentais de programas sociais do campo. Em Burkina Faso, investigou-se as seguintes expressões “*agriculture familiale*”; “*Oubritenga*”; “*Production agricole*” e “*technologies sociales*”. Na busca de referências, utilizou-se o *Google Scholar*, portais de repositórios universitários e de plataformas africanas de acesso aberto, como o *African Development Bank – Knowledge Publications*.

As fontes de pesquisa selecionadas foram livros, periódicos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e páginas oficiais dos governos, programas governamentais e Organizações Não Governamentais (ONGs) de ambos os países.

Também foram confeccionados dois mapas de localização com a utilização do *software*

Quantum Geographic Information System – QGIS, versão 3.8 (2019). Os mapas contemplam o Estado do Rio Grande do Norte no Brasil, com o contorno da Região Semiárida, bem como o país Burkina Faso, com destaque para a Região do *Plateau Central*, na qual está localizada a província de Oubritenga, cujas condições edafoclimáticas possuem significativa similaridade às condições potiguares. Convém esclarecer que “potiguar”, palavra indígena, se refere aos originários do Estado do Rio do Grande do Norte, daí o termo usual “semiárido potiguar”.

SEMIÁRIDOS POTIGUAR BRASILEIRO E BURKINENSE

A agricultura familiar é importante para o Brasil, fator evidenciado nos censos agropecuários desde 1950, onde os agricultores familiares que têm menos de 100 hectares sempre estiveram em torno de 90% do total de estabelecimentos e com 20% da área ocupada (Veiga, 2001).

Mesmo com os incentivos para a permanência do agricultor no campo como aponta Navarros e Campos (2013), ainda assim, as dificuldades enfrentadas pelos que vivem da agricultura familiar têm se agravado nos últimos anos, principalmente pela falta de perspectiva decorrente dos altos custos para produzir, que incluem fatores como tempo, força física e a desvalorização do produto agrícola.

Também as Políticas públicas para o setor agrícola familiar brasileiro, muitas vezes são formuladas de forma exógena, sem considerar a participação dos atores locais, dificultando o empoderamento por aqueles que deveriam ser os beneficiários (Rodrigues *et al.*, 2021).

No entanto, grupos motivados ideologicamente conseguem se unir e organizar a produção, conforme destaca Borges (2012) ao afirmar que no Brasil os princípios associativos ou coletivos de produção agrária têm sido valorizados como uma alternativa para maior sustentabilidade para esse setor. Tais como os princípios da economia solidária, que tem sido defendida por alguns autores como alternativa para a sustentabilidade, principalmente, da agricultura familiar (Singer, 2002, Lopes; Baldi, 2005).

De acordo com Soares (2006), os empreendimentos de economia solidária são grupos fortemente orientados pela ideologia alternativa à economia convencional, que buscam favorecer a economia local, fechando o ciclo da produção/consumo/distribuição internamente nas experiências solidárias. Em geral estão organizados por um grupo muito motivado e unido pela mesma visão de mundo, são de pequeno porte e limitados a um território, o que favorece o

desenvolvimento local.

Na realidade de Burkina Faso, na África, convém esclarecer que o país é uma antiga colônia da França, cujo nome era Alto Volta. O país se tornou legalmente independente apenas em 1960, porém ainda sofre forte influência do governo francês. A agricultura antes da colonização, era predominantemente comunitária. As terras eram geridas coletivamente, de acordo com regras consuetudinárias e as famílias trabalhavam juntas para garantir a subsistência. As principais culturas agrícolas incluíam o milho, o sorgo e o feijão-fradinho, espécies adaptadas às condições edafoclimáticas locais (INSD, 2017).

Durante a colonização francesa, culturas que geram renda como o algodão foram introduzidas para abastecer as indústrias têxteis da metrópole. Após a independência, em 1960, essa orientação foi mantida com a criação de estruturas de pesquisa e desenvolvimento como a Companhia Francesa para o Desenvolvimento das Fibras Têxteis (CFDFT) e a Sociedade de Apoio Técnico e de Cooperação (SATEC), focadas na melhoria da produtividade do algodão. Tais iniciativas transformaram os sistemas agrícolas tradicionais ao introduzir técnicas modernas e modificar as estruturas sociais das explorações familiares (Benoit-Tiendrébéogo, 2022).

Desde os anos 2000, a agricultura familiar em Burkina Faso enfrenta diversos desafios importantes (CPF, 2002), conforme alguns destaques a seguir. Pressão demográfica: o aumento populacional levou à fragmentação das terras agrícolas, reduzindo o tamanho das explorações familiares. Mudanças climáticas: a variabilidade das chuvas e as secas recorrentes afetam a produtividade agrícola. Evolução das estruturas familiares: a transição de famílias extensas para núcleos familiares menores alterou as dinâmicas de trabalho e a gestão das explorações. Sanogo (2024) destaca a relevância da agricultura familiar em Burkina Faso na perspectiva econômica, bem como as limitações impostas pelas condições climáticas e problemas de ordem ambiental.

Mesmo considerando as significativas diferenças sociais e políticas, as semelhanças quanto ao papel da agricultura familiar na economia e na segurança alimentar, bem como as limitações ambientais, aproxima as realidades destes dois países, abrindo um vasto campo para possíveis intercâmbios tecnológicos.

Caracterização das Áreas de Estudo: Localização e Aspectos Edafoclimáticos

No Brasil, grande parte das áreas susceptíveis à desertificação encontra-se na Região Nordeste, com cerca de 20% do semiárido em processo de desertificação, conforme relatório do

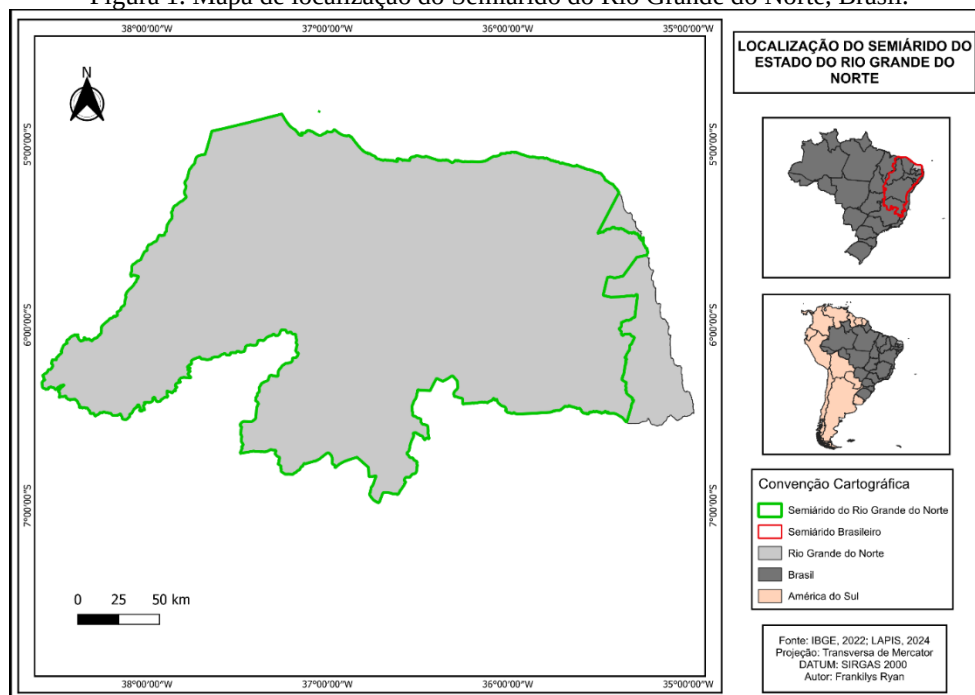
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN Brasil) do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2006).

No Nordeste brasileiro, segundo Medeiros (2004), as principais causas de degradação das zonas áridas são os usos inadequados e exagerados dos recursos naturais e da terra, que se acentuam pela irregularidade das secas. A degradação dos solos e as limitações impostas pelo baixo índice pluviométrico anual, tem reflexo na degradação da vegetação e redução da biodiversidade.

O Estado do Rio Grande do Norte, localizado na Região Nordeste do Brasil, está limitado pelos paralelos de 4° 49 '53 e 6° 58' 57 de latitude Sul e pelos meridianos de 34° 58 '03 e 38° 36' 12 de longitude Oeste. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Leste com o Estado da Paraíba, ao Sul e Oeste com o Estado do Ceará. O Estado do Rio Grande do Norte abrange uma área de 52.797 km².

Na delimitação do Semiárido, de acordo com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), dos 167 municípios do Rio Grande do Norte, 147 estão inseridos no semiárido brasileiro (figura 1), o que corresponde a 93% de seu território (SUDENE, 2017).

Figura 1. Mapa de localização do Semiárido do Rio Grande do Norte, Brasil.



Fonte: Elaboração própria (2025)

Entre as razões para esse processo, destacam-se a emergência climática e os efeitos da ação humana que se manifesta por meio da destruição das fontes hídricas, privação do acesso à

água, manejo inadequado de irrigação, dos solos e uso de agrotóxicos, além do desmatamento da vegetação nativa. O Rio Grande do Norte é, portanto, de clima predominantemente semiárido, com alto risco para conflitos socioambientais.

Paradoxalmente, o semiárido brasileiro é um dos mais chuvosos do mundo, com índices pluviométricos anuais de 800 mm em média, porém mal distribuídos ao longo do ano e com secas periódicas. A agricultura familiar é bastante presente nas diversas microrregiões na forma de comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária, além de comunidades quilombolas e indígenas. Nestes coletivos, é comum o uso de tecnologias sociais hídricas, mas com necessidade de apoio técnico e gerencial.

O Rio Grande do Norte tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,728. Com uma população estimada em 3.446.071 habitantes, 18% vive em meio rural. Em relação ao gênero, 48,9% são homens e 51,1% são mulheres (IBGE, 2022)

Conforme a mesma fonte oficial, a agricultura familiar potiguar representa aproximadamente 80% dos estabelecimentos rurais do Rio Grande do Norte e 67,8% do pessoal ocupado no meio rural. Contudo, a agricultura familiar não detém a maior parte da receita agropecuária. A renda não agrícola tem papel fundamental nesse setor, incluindo programas governamentais de distribuição de renda, pensões e aposentadorias. Apesar disso, a segurança alimentar do Estado depende da produção da agricultura familiar, em especial para cereais como feijão, arroz e milho. Na pecuária familiar destacam-se animais de pequeno porte como caprinos, ovinos e aves, além da apicultura e meliponicultura.

No Continente africano, a agricultura no país Burkina Faso também é altamente dependente da pluviosidade. As áreas exploradas com irrigação representam apenas 0,63% das áreas totais cultivadas e 12,2% do potencial irrigável. A irrigação localizada, embora seja essencial para o desenvolvimento agrícola do Burkina Faso, continua sendo marginal em termos de superfícies desenvolvidas e exploradas. A contribuição do setor primário para o crescimento do PIB foi de 1,3%, em média, ficando atrás do setor terciário (3,1%). As variações climáticas, que têm um impacto real sobre esse crescimento, destacam o papel fundamental do setor rural. Além de sua forte contribuição para a segurança alimentar, o setor rural fornece 61,5% da renda monetária das famílias agrícolas. Essas rendas provêm de 67% da produção vegetal, 30,9% da pecuária e 2,1% dos produtos ambientais (DGPER, 2010).

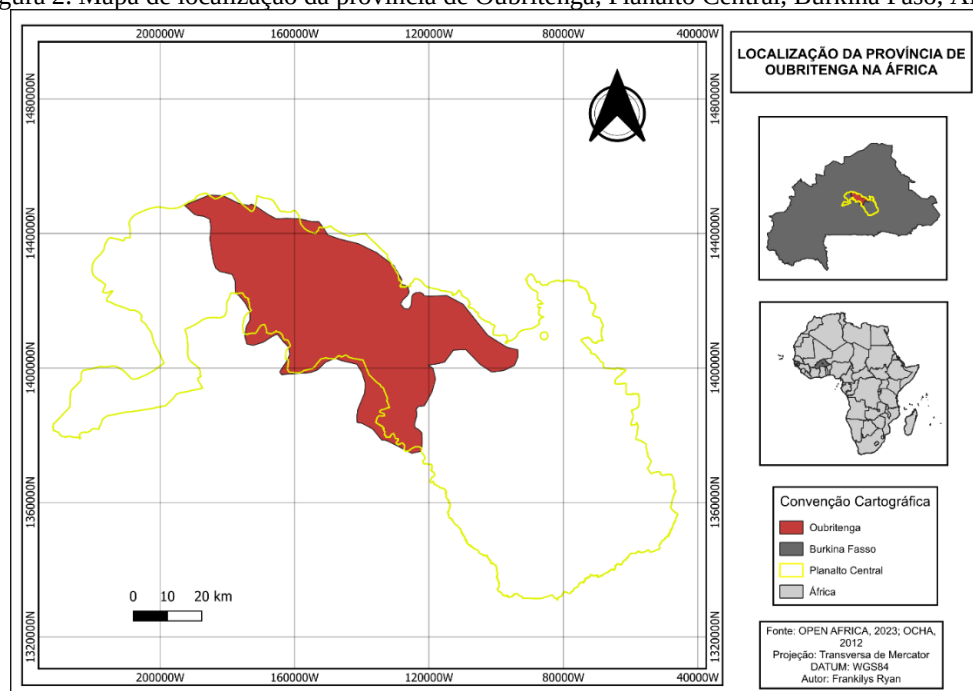
O país Burkina Faso, conforme o último censo realizado em 2010, tinha população de 15.730.977 habitantes e alta taxa de crescimento demográfico de 3,1% ao ano, sendo composta

por 52% de mulheres e 48% de homens, caracterizada principalmente por sua juventude menor de 15 anos que representa 47% e sua ruralidade, pois 77% vivem em áreas rurais.

Situado no centro da zona sudano-saheliana da África Ocidental, o país Burkina Faso, devido à sua posição geográfica, mostra-se muito vulnerável aos efeitos negativos das mudanças climáticas, que dificultam as iniciativas de desenvolvimento empreendidas pelo Governo, parceiros de desenvolvimento e comunidades locais.

Na Figura 2 verifica-se o país, bem como a Província de Oubritenga, que se destaca por ser a de melhor organização da agricultura familiar. E ainda, é possível identificar a Microrregião chamada *Plateau Central* (Planalto Central), cujo clima semiárido se assemelha às condições edafoclimáticas do Rio Grande do Norte no Brasil.

Figura 2. Mapa de localização da província de Oubritenga, Planalto Central, Burkina Faso, África



Fonte: Elaboração própria (2025)

Burquina Faso, país continental localizado no coração da África Ocidental, estende-se por uma área de 274.200 km². Faz fronteira ao Norte e a Oeste com o Mali, a Leste com o Níger e ao Sul com a Costa do Marfim, o Gana, o Togo e o Benim. O clima é do tipo tropical semiárido. As mudanças climáticas expõem o país a riscos permanentes de seca, calor intenso e também inundações. O país está subdividido em 13 regiões, 45 províncias, 350 departamentos, 351 comunas e 8.228 vilarejos (MS, 2016). A população vive predominantemente em zona rural, totalizando 73,7% e 26,3% em área urbana (RGPH, 2019).

Nas últimas décadas, Burkina Faso sofreu intensamente os efeitos adversos do clima. Os mais impactantes entre esses choques climáticos são as secas causadas pela baixa pluviosidade e sua distribuição desigual, as inundações provocadas por chuvas intensas e as ondas de calor. As últimas três décadas foram marcadas por uma pressão “quase insustentável” sobre os recursos de terra, resultando em queda da produtividade agrícola, degradação da quantidade e qualidade das terras e pastagens, empobrecimento da biodiversidade (desaparecimento de plantas, inclusive medicinais, animais, aves, insetos, microrganismos etc.), insegurança alimentar e agravamento da pobreza, além de uma competição crescente pelo acesso às terras para diferentes usos.

Os ecossistemas estão cada vez mais vulneráveis e sofrem frequentemente os efeitos dos diversos fenômenos de degradação. Eles são especialmente fragilizados pela variabilidade e mudanças climáticas, cujas consequências incluem a diminuição da disponibilidade de água, regressão do potencial de biomassa e redução das áreas de pastagens. O ritmo e a intensidade das mudanças climáticas têm desafiado severamente a capacidade de antecipação das autoridades e de adaptação das populações, especialmente as rurais. Tudo isso resultou na intensificação da pobreza nas áreas rurais, iniciada pela crise econômica internacional dos anos 1990 (MASA, 2013).

Diante da degradação dos ecossistemas, da recorrência das crises alimentares e dos efeitos nocivos das mudanças climáticas sobre o meio ambiente, as populações e o rebanho, é importante fazer um diagnóstico da agricultura familiar nos dois países, a fim de identificar formas de fortalecer a resiliência dos agricultores familiares frente aos desafios acima mencionados, promovendo ao mesmo tempo um desenvolvimento agrícola sustentável e inclusivo.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Apesar dos conflitos históricos que marcaram os vários processos de (re)distribuição de terras no Brasil, em modelos desiguais por região geográfica, a agricultura familiar no país constitui um pilar fundamental da produção de alimentos e segurança alimentar. Nesse contexto, alguns desafios se destacam como, descontinuidade e oscilação política, visto que as mudanças de governo afetam fortemente o orçamento e execução; conflitos fundiários e avanço do agronegócio, que pressiona territórios tradicionais como os indígenas e quilombolas; acesso desigual ao crédito, sobretudo para mulheres, povos indígenas e quilombolas; infraestrutura e acesso a mercados ainda insuficientes em muitas regiões.

O Brasil possui um sistema robusto, reconhecido internacionalmente, mas profundamente dependente da descontinuidade política dos governos e de investimentos para manter resultados a longo prazo. No Quadro 1 consta a síntese do histórico das principais políticas públicas contemporâneas para a agricultura familiar.

Quadro 1. Políticas Públicas para a agricultura familiar no Brasil

Programa Governamental	Objetivo
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil, 1995)	Reforçar economicamente a produção familiar por meio de crédito rural, com juros reduzidos, subsídios e assistência técnica
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil, 2003)	Comprar os produtos dos agricultores familiares para redistribuí-los a populações vulneráveis, escolas e hospitais
PNAFEEFR – Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006)	Reconhecer a agricultura familiar como sujeito de direitos na formulação das políticas públicas
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil, 2009)	Introduzir alimentos locais e saudáveis nas merendas escolares, garantindo que pelo menos 30% das compras sejam provenientes da agricultura familiar
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil, 2012)	Promover a agricultura orgânica e sustentável
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural)	Fornecer assistência técnica e serviços educativos aos pequenos produtores por meio das EMATERs ou de entidades credenciadas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Redistribuir as terras improdutivas como garantia constitucional
Programas governamentais de crédito fundiário	Promover financiamento para a sustentabilidade das famílias rurais através da aquisição de terras e produção agrícola

Fonte: Elaboração própria (2025)

No país Burkina Faso, a base econômica é essencialmente agrícola. Aproximadamente 80% da população vive da agricultura de subsistência, marcada por baixa mecanização, vulnerabilidade climática e centralidade da economia rural. O Estado burkinense em parceria com organismos internacionais, a exemplo da FAO, atuam na resiliência climática, segurança alimentar e fortalecimento de cadeias produtivas como algodão, gergelim, sorgo e milho. No Quadro 2 constam os principais programas governamentais em vigência neste país africano.

Quadro 2. Políticas Públicas para a agricultura familiar em Burkina Faso

Programa Governamental	Objetivo
LOASPHF – Lei de Orientação Agro-Silvo-Pastoril, Aquícola e Cinegética (Burkina Faso, 2015)	Orientar as intervenções nos setores da agricultura, pecuária, pesca e recursos naturais. Destaca a exploração familiar como pilar do desenvolvimento agrícola
PNSR I & II – Programa Nacional do Setor Rural	Implementar o LOASPHF por meio de acesso a insumos, equipamentos agrícolas, irrigação, mercados etc
SNDI – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Irrigação	Incentivar a agricultura irrigada como forma de garantir a produção diante da variabilidade climática
SN-AE – Estratégia Nacional para a Agroecologia	Promover práticas agrícolas sustentáveis e ecológicas com

	foco na agricultura familiar
FAPA – Fundo de Apoio à Produtividade Agrícola	Dar apoio financeiro e subsídios aos produtores
PASPFA – Projeto de Apoio ao Setor Privado no domínio da Cadeia Agrícola	Incentivar o empreendedorismo rural
Projetos NEER-TAMBA/Faso Dan Fani/Agricultura Inteligente para o Clima	Desenvolver tecnologias e resiliência agrícola
CNABio – Conselho Nacional da Agricultura Biológica	Apoiar a produção orgânica

Fonte: Elaboração própria (2025)

É importante observar que neste estudo, o semiárido brasileiro tem como referência o Estado do Rio Grande do Norte e no país Burkina Faso, tem recorte da Província de Oubritenga. São áreas com características físicas e hídricas similares em vários aspectos. Mesmo considerando que os biomas têm características próprias, a Caatinga no Brasil e a Savana em Burkina Faso, ambos os biomas apresentam padrões ecológicos convergentes gerados por clima seco.

Ambos são caracterizados com baixa umidade relativa e vegetação adaptada ao estresse hídrico. A elevada vulnerabilidade à desertificação também deve ser destacada, o que implica na necessidade de uso de técnicas agrícolas conservacionistas com princípios agroecológicos.

As técnicas de produção e o manejo de solo e água não são suficientes para a busca pela sustentabilidade socioambiental e econômica. É necessário conhecer os aspectos humanos destes povos e comunidades, incluindo o papel da mulher e estrutura familiar e as questões organizativas e sociopolíticas.

No Quadro 3 é feito um paralelo quanto aos aspectos da organização social da agricultura familiar em Burkina Faso e no Brasil, especificamente no Semiárido do Rio Grande do Norte. Em ambas as situações verificam-se potencialidades relevantes, que se forem somadas às políticas públicas de forma permanente, direcionada e sob a gestão local, os efeitos poderão ser bastante expressivos.

Quadro 3. Aspectos da organização social da agricultura familiar nos dois países

Aspectos	Burquina Faso	Brasil: Rio Grande do Norte
Estrutura familiar	Família extensa, frequentemente poligâmica, trabalho coletivo entre gerações	Família nuclear ou extensa, com colaboração entre membros e redes de apoio
Organização comunitária	Baseada em chefias tradicionais, grupos informais e cooperativas emergentes	Fortes sindicatos rurais, associações comunitárias e cooperativas organizadas
Protagonismo feminino	Mulheres ativas na produção, mas com acesso limitado à terra e ao crédito	Participação crescente em associações e programas públicos. Ex: PRONAF Mulher

Solidariedade	Práticas tradicionais de ajuda. Ex: “daba”, multirões, tontinas	Redes comunitárias modernas, troca de mão de obra e insumos entre famílias
Representação política e sindical	Representação fraca, mas em crescimento. Ex: CPF, CNABio, ONGs locais	Representação forte por meio de FETARN, CONTAG, MST e conselhos territoriais
Acesso à formação e à assistência técnica	Dependente de ONGs e projetos internacionais (FIDA, FAO etc.).	Estrutura pública forte: EMATER-RN, universidades públicas, SENAR, SEBRAE etc.
Integração com políticas públicas	Reconhecimento parcial da agricultura familiar, aplicação limitada das leis	Reconhecimento legal, políticas específicas e programas consolidados

Fonte: Elaboração própria (2025)

A comparação entre a agricultura familiar de Burkina Faso e a do semiárido potiguar brasileiro revela que apesar das diferenças culturais e institucionais, ambos os territórios compartilham desafios estruturais semelhantes, com destaque para a escassez hídrica, baixa disponibilidade de insumos e vulnerabilidade socioeconômica. Tais aspectos são indispensáveis para a adoção de modelos produtivos resilientes, notadamente nas condições da agricultura familiar.

As possibilidades de intercâmbio de tecnologias entre esses dois países pode se concentrar em diversos aspectos. Mesmo sem uma intervenção direta nas realidades locais, neste artigo é possível especular a respeito de algumas possibilidades, descritas a seguir.

a) As duas realidades podem se beneficiar de uma troca de tecnologias agrícolas. Por exemplo, o Estado Rio Grande do Norte poderia compartilhar suas técnicas de manejo agroflorestal e técnicas conservacionistas, enquanto Burkina Faso poderia oferecer conhecimentos sobre a gestão da pecuária e culturas resistentes à seca.

b) Na perspectiva agroecológica, os dois países podem promover intercâmbio de práticas que favoreçam a biodiversidade e a resiliência dos sistemas agrícolas.

c) As tecnologias de coleta e conservação da água, como reservatórios subterrâneos, cisternas, açudes e sistemas de irrigação por gotejamento, podem ser compartilhadas para melhorar a eficiência no uso da água.

d) Na Gestão Social, os modelos de cooperativas e associações do Brasil podem ser adaptados ao contexto de Burkina Faso para melhorar o acesso aos recursos e aos mercados. De modo semelhante, as práticas de gestão comunitária em Burkina Faso podem inspirar iniciativas no Brasil.

e) Os movimentos sociais brasileiros são mais organizados e podem compartilhar esse aprendizado. Em Burkina Faso o apoio de ONGs internacionais tem contribuído para o

desenvolvimento de projetos de tecnologia rural que podem servir para a realidade brasileira.

- f) O Brasil tem políticas públicas rurais institucionalizadas, com previsões orçamentárias anuais. Eventuais intercâmbios podem estimular as organizações de campo em Burkina Faso nesse mesmo sentido. Por sua vez, as políticas públicas rurais no país africano enfatizam técnicas produtivas que visam aumentar a produtividade local, cujas metodologias podem ser compartilhadas.

Essas trocas poderiam reforçar a resiliência dos agricultores familiares frente aos desafios ambientais, sociais e econômicos, promovendo ao mesmo tempo um desenvolvimento agrícola sustentável e inclusivo, com respeito às culturas locais e autonomia das famílias.

CONCLUSÃO

Neste artigo evidencia-se aspectos tecnológicos, comerciais e de gestão social da agricultura familiar no Semiárido do Nordeste brasileiro, com ênfase ao Estado do Rio Grande do Norte e no Planalto Central de Burkina Faso, na África. Por meio de revisão de literatura e conhecimento local dos autores, fez-se um paralelo inédito sobre a agricultura familiar nos dois países, onde se verificou diversas semelhanças e especificidades.

No aspecto ambiental, as condições edafoclimáticas são muito similares, o que implica em possibilidades reais de intercâmbio de tecnologias sociais do campo, em especial aquelas que tratam das limitações hídricas.

No que se refere às políticas públicas, o Brasil dispõe de diversos programas de garantia de comercialização, financiamento da agricultura familiar e reforma agrária, além de assistência técnica e extensão rural, inclusive com priorização de técnicas agroecológicas de produção. Nesse quesito, respeitando as especificidades locais, em Burkina Faso também existe um leque significativo de políticas públicas para a agricultura familiar, uma vez que essa atividade caracteriza-se como a de maior destaque na economia local.

A organização social é a dimensão na qual as especificidades ficam mais evidentes. Merece destaque a participação das mulheres, muito presente na produção agrícola em Burkina Faso, porém com acesso limitado à terra e ao crédito. No Brasil, programas como o PRONAF, também incentivam a participação feminina na produção agrícola. Essa diferença é reflexo da luta política que no Brasil tem suporte expressivo de entidades sindicais e movimentos sociais, enquanto que a instabilidade política de Burkina Faso limita o avanço do protagonismo das

mulheres no campo, causando maior dependência de ONGs e projetos internacionais.

Diante do exposto e considerando o necessário aprofundamento desta investigação, é importante estabelecer parcerias e trocas de experiências entre os países, com vistas a atender as prerrogativas da Agenda 2030 (ONU, 2015) que propõe, dentre outras ações, estabelecer cooperações internacionais em infraestrutura rural, pesquisa, assistência técnica, tecnologia e gestão social. Assim, esta pesquisa poderá subsidiar a construção de um modelo de governança rural solidária, baseado na cooperação Sul-Sul.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. L. Movimentos sociais e sustentabilidade: os desafios da “extensão rural agroecológica” em assentamentos de reforma agrária. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 1, p. 120-133, 2012. Disponível em <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/download/1467/1586>. Acesso em 15. Nov. 2025

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20. Nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 20. Nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Conhecendo o pan-brasil**: Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN Brasil). Brasília: MMA, 2006. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpct/dcde/cartilha-conhecendo-o-pan-brasil-2006.pdf>. Acesso em 05. Dez 2025.

BURKINA FASO. **Constitution de la République du Burkina Faso de 1991**. Disponível em: <https://mjp.univ-perp.fr/constit/bf1991.htm>. Acesso em: 27. Mai. 2025.

BURKINA FASO. Ministère de l’Agriculture et de la Sécurité Alimentaire. **Formulation du Plan National d’Adaptation aux changements climatiques du Burkina Faso**: Volet sectoriel Agriculture, 2013. Disponível em <https://www.gwp.org/globalassets/global/gwp->

waf_files/wacdep/pna_version_version-finale.pdf. Acesso em 03.Dez 2025.

BURKINA FASO. **Portant code des investissements agro-sylvo-pastoral, halleutique et faunique au Burkina Faso** (2021–2025) Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/BKF180804.pdf> . Acesso em: 27.Mai.2025.

BUTARÉ, I.; ZUNDI, J. S. **Informar la prise de décisions politiques en Afrique subsaharienne**: nouvelle situation pour la recherche agricole et environnementale. 2. éd. Dakar, Sénégal: Butare et Zundi, 2005. 96 p. Disponível em <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/items/bb7902e1-62ba-4630-a885-0fa7e67dcb73/request-a-copy>. Acesso em 05.Dez.2025.

CONFÉDÉRATION PAYSANNE DU FASO (CPF). **CPF Presentation**. 2002. Disponível em: <https://cpfbf.org/index.php/confederation-paysane/presentation>. Acesso em 27.Mai.2025

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Introducing the UN Decade of Family Farming**. 2019. Disponível em <https://www.fao.org/family-farming-decade/home/en/>. Acesso em 27.Mai.2025

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Suivi des Politiques Agricoles et alimentaires en Afrique (SPAAA)**: Revue des Politiques Agricoles et alimentaires au Burkina Faso - Rapport Pays. Rome, Italie: FAO, 2013. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/mafap/documents/Burkina_Faso/. Acesso em: 04.Mai.2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 15.Jun. 2025.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DE LA DÉMOGRAPHIE (INSD). **Annuaire Statistique 2017**. Ministère de l'économie, des finances et du développement / Institut national de la statistique et de la démographie, 2018. Disponível em https://www.insd.bf/sites/default/files/2021-12/Annuaire_Statistique_National_2017.pdf. Acesso em 05.Dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: Agricultura Familiar - Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 maio 2025.

LOPES, F. D.; BALDI, MARIANA. Laços Sociais e Formação de Arranjos Organizacionais Cooperativos – Proposição de um Modelo de Análise. **RAC - Revista de Administração Contemporânea [en linea]**, v. 9, n. 2, Abr./Jun. 2005, p. 81-101. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rac/a/576prMfQrNHcbFxmP8ZCwWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03.Dez 2025.

NAVARRO, Z. e CAMPOS, S. K. **A “pequena produção rural” no Brasil**: Ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013, 264 p.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Policy Framework for Investment in Agriculture in Burkina Faso**. 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2012/04/policy-framework-for-investment-in-agriculture-in-burkina-faso_g1g30ba0/9789264202382-en.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

QUANTUM GEOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM (QGIS). **Open Source Geospatial Foundation Project (OSGeo)**. Versão 3.8. 2019. Disponível em http://qgis.org/pt_BR/site/. Acesso em 23 mai. 2025.

RECENSEMENT GÉNÉRAL DE LA POPULATION ET DE L'HABITATION DU BURKINA FASO (RGPH). **Cinquième Recensement Général de la Population et de l'Habitation du Burkina Faso: synthèse des résultats définitifs**. 2019. Disponível em: http://cns.bf/IMG/pdf/insd_rapport_v21.pdf. Acesso em: 29 mai 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em 22. mai 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O PRONAF no Nordeste: Análise do Censo Agropecuário 2017**. Texto nº 2677. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10711/3/td_2677.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

RODRIGUES, G. M.; BORGES, M. S.; VIRGINIO, J. DA S.; VERGNANO, C. G. Políticas públicas para o desenvolvimento rural: redes, formuladores, arenas e modalidades. **Latin American Journal of Development**, Curitiba, v.3, n.4, p. 1716-1734, 2021. Disponível em <https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/view/414>. Acesso em 05.Dez 2025.

SANOGO, S. Exploitations agricoles familiales et sécurité alimentaire dans la Commune de Nouna, Nord-Ouest du Burkina Faso. **Sciences de l'Homme et Société**. 2024, p.66-77. Disponível em <https://hal.science/hal-05003414v1>. Acesso em 21.nov.2025

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2002.

SOARES, C. L. B. **Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) – UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89433>. Acesso em 21.nov.2025

INTER-RÉSEAUX DÉVELOPPEMENT RURAL (Org.). Grain de Sel, n. 54-56: Les céréales au cœur de la souveraineté alimentaire en Afrique de l'Ouest. Paris: **Inter-réseaux Développement Rural**, 2012. Disponível em: https://www.inter-reseaux.org/wp-content/uploads/GDS54-56_Cereales.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). **Delimitação do semiárido**. Recife: Sudene, 2017. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 13 de maio 2022.

VEIGA, J. E. da O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Texto para**

discussão. n. 1. Brasília, MDA/NEAD, 2001.